



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
MESTRADO PROFISSIONAL

LINHA DE PESQUISA:
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIA E DE
MATEMÁTICA

Um estudo de caso: Os desafios do Ensino Médio Politécnico na
visão da gestão e de alguns docentes

Mestranda: Cristina Scaglioni Peres Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Denise Nascimento Silveira

Projeto de dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática. Linha de Pesquisa: Formação de Professores de Ciências e de Matemática da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Um estudo de caso:

Os desafios do Ensino Médio Politécnico na visão da gestão e de alguns docentes

Orientadora Prof.^a Dr.^a Denise Nascimento Silveira

Mestranda: Cristina Scaglioni Peres

A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO ENSINO MÉDIO
POLITÉCNICO: OUVINDO OS SUJEITOS QUE PODEM
FAZER UMA POLÍTICA PÚBLICA ACONTECER
Projeto de Dissertação de Mestrado submetido à
banca examinadora, constituída por:

Orientadora Prof.^a Dr.^a Denise Nascimento Silveira –
Universidade Federal de Pelotas – UFPel – RS

Prof.^a

Dr.^a Maria de Fátima Cóssio – Universidade Federal de
Pelotas – UFPel – RS

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Duarte Martins –
Universidade Federal de Pelotas – UFPel – RS

Prof.

Dr. Verno Krüger – Universidade Federal de Pelotas –
UFPel – RS

RESUMO

Este relatório de pesquisa tem como foco o Ensino Médio Politécnico, implantado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2012. A pesquisa proposta buscou compreender de que forma as políticas públicas, sob enfoque de politecnia, reestruturaram o Ensino Médio em nosso Estado, bem como as transformações geradas na dinâmica escolar e no trabalho docente a partir dele. A investigação se desenvolveu com princípios de um estudo de caso com abordagem qualitativa, tendo como lócus uma escola da Rede Estadual de Ensino na zona rural do município de Canguçu-RS. Os sujeitos da pesquisa são alguns professores dessa escola, que através de narrativas, expuseram seus pensamentos e posições sobre EMP. E, para a análise das narrativas me apoiei na metodologia da Análise Textual Discursiva. Com a perspectiva de caminhar na construção de um entendimento, trouxe uma breve revisão de literatura, uma vez que esta temática é recente, portanto com poucas produções acadêmicas.

Na sequência do texto, discorri sobre aspectos concernentes a Gestão Escolar e as Políticas Públicas, apoiada na legislação vigente, como uma forma de compreender a Proposta Pedagógica de Reestruturação Curricular para o Ensino Médio Politécnico. Como no período da realização da pesquisa exerci a função de diretora da escola lócus o texto esta impregnado com minha visão de gestora, de mestrande e de pesquisadora iniciante. As categorias que emergiram a partir da ATD, apontam aspectos relevantes e outros preocupantes, que se mostraram durante a implantação dessa reestruturação curricular.

Palavras-chave:

Ensino Médio Politécnico; Reestruturação Curricular; Trabalho Docente.

ABSTRACT

This research report focuses on the high school Polytechnic, deployed by the State Government of Rio Grande do Sul, in the year 2012. The research proposal sought to understand how public policy, under Polytechnic approach, have restructured high school in our State, as well as the transformations generated in dynamics and in teaching work from it. The research developed with principles of a case study with a qualitative approach, taking as a locus of the State schools in rural municipality of Canguçu-RS. The subjects of the research are some teachers at this school, which through narratives, exposed his thoughts and positions on EMP. And, to the analysis of the narratives leaned on Discursive Textual analysis methodology. With the prospect of walking in the building of an understanding, brought a brief literature review, since this issue is recent, so with few academic productions.

Following the text, discorri on aspects concerning school management and public policy, based on legislation in force, as a way of understanding the Educational Curricular restructuring Proposal to the Polytechnic high school. As in the period of conducting of the survey have exercised the function of Director of the school the text this locus impregnated with my vision, Manager of master and novice researcher. The categories that emerged from the ATD, point relevant aspects and other worrisome, which showed during deployment that curricular restructuring.

Keywords:

Polytechnical high school; Curricular Restructuring; Teaching Work.

INTRODUÇÃO

Contextualizando o projeto de dissertação A sociedade vive por momentos de vertiginosas transformações e cada vez mais as exigências às escolas, nas pessoas dos gestores e professores, se fazem sentir.

Levantam-se ideias e ouvem-se discursos na sociedade em que estamos inseridos, (em sua maioria, baseados no senso comum), os quais tomam força como verdadeiros ao serem (re) produzidos pela mídia², de que a escola está ultrapassada e não dá conta de atender as demandas necessárias à sociedade capitalista (Severino, 2007) em que se vive. Pois não agrada nem mesmo aos estudantes, que não se sentindo atraídos por sua dinâmica, nem motivados pelas aulas ministradas por seus professores, reprovam com frequência, quando não abandonam os estudos, gerando índices alarmantes de reprovação e evasão, sobretudo no Ensino Médio. Os comentários gerados refletem como se essa problemática fosse simples de entender e resolver.

Neste sentido, os governantes têm assumido a postura de que é preciso transformar ou reestruturar a educação básica. O que pode ser observado, por exemplo, através dos programas instituídos pelo Governo Federal, como o Programa Mais Educação para o Ensino Fundamental e, para o Ensino Médio o Programa Ensino Médio Inovador, entre outros. No Estado do Rio Grande do Sul, para o Ensino Médio, essas transformações se prenunciaram com a iniciativa do governo Ieda Crusius (2007-2010) ao implantar o Programa Lições do Rio Grande. O que agora ficou assinalado profundamente pelo governo Tarso Genro (2011-2014) com sua Proposta Pedagógica de Reestruturação Curricular para o Ensino Médio Politécnico (EMP). Portanto, políticas públicas educacionais de governos e não políticas públicas de estado, uma vez que a cada troca de governo troca-se a política implantada pelos dirigentes anteriores. Neste clima de insegurança – a qual é gerada nos profissionais da educação, que são os responsáveis por contribuir para que as políticas públicas realmente possam ocorrer no chão da escola –, convido os leitores a se reportarem

ao primeiro parágrafo, quando comentei sobre o discurso, baseado no senso comum. Este trecho foi empregado no intuito de instiga-los a uma reflexão criteriosa, a qual desejo que encontre em cada leitor o solo fértil para este fim. Uma vez que pensar em educação e em suas possíveis transformações requer um sentimento de profundo respeito pelas pessoas envolvidas nesta relação. Assim, esta dissertação, sob o título Um estudo de caso: Os desafios do Ensino Médio Politécnico na visão da gestão e de alguns docentes, emergiu do sentimento de relevância do momento atual pelo qual passam as escolas públicas estaduais de Ensino Médio, a partir da implantação do Ensino Médio Politécnico, no Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, também origina-se do entendimento de que a voz desses sujeitos não pode passar despercebida, devendo ser ouvida com atenção e respeito. Ademais, acreditando ser a academia um importante espaço articulador de mudanças sociais que visam ao bem comum, reitero a importância desta pesquisa. Nesta perspectiva, o trabalho organiza-se, em um primeiro momento,

com um apanhado de informações que visam permitir ao leitor um melhor entendimento do contexto que me permearam e ainda me permeiam no decorrer da minha trajetória, passando pela vida familiar, profissional e acadêmica, a qual o caracteriza como memorial. E que, assim, neste entrelaçar de acontecimentos e vivências, foram motivando e constituindo este projeto de dissertação. Na sequência, passo a caracterizar o locus da pesquisa sob aspectos físicos, pedagógicos e administrativos. Primeiramente, apresentarei a escola que é o ambiente sobre o qual os sujeitos desta pesquisa têm propriedade para falar a respeito do EMP. Este é o ambiente onde eles atuam, exercendo sua profissão docente, o que é de suma importância para a posterior análise dos apontamentos que surgirem a partir das entrevistas propostas. Após, ponderarei sobre o que me levou a estudar o tema proposto, tentando justificar a relevância da escolha por este assunto. Na sequência, o trabalho será organizado de acordo com a apresentação dos seguintes capítulos:

g) METODOLOGIA E OBJETIVOS – Aborda o caminho metodológico pretendido com os sujeitos da pesquisa e como realizei a análise das entrevistas para a definição das categorias que emergiram, bem como o aporte teórico utilizado neste sentido. Procurei explicitar claramente o propósito mais abrangente dessa dissertação, que é o objetivo geral, além de questões mais pontuais, que são os objetivos específicos. II) REVISÃO DE LITERATURA – divide-se em: 2.1 Estado do conhecimento – por se tratar de um assunto relativamente novo, encontrei apenas um trabalho no banco de produção acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

2.2 Gestão Escolar – faço considerações sobre aspectos concernentes à Gestão Democrática, bem como à relevância da ação do gestor neste contexto, discorrendo sobre algumas concepções em gestão educacional, além de dimensões política, administrativa e pedagógica do trabalho do gestor. 2.3 Políticas Públicas – trago definições e reflexões sobre políticas públicas e apresento uma síntese com alguns de seus principais elementos na intenção de um melhor entendimento sobre esta questão que perpassa o cotidiano escolar.

III) PROPOSTA PEDAGÓGICA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO (2011-2014) – tem por objetivo dar conhecimento aos leitores sobre a referida proposta do Governo Estadual para que, assim, possam melhor compreender o discurso dos sujeitos da pesquisa e a posterior análise realizada. E, divide-se nos itens:

3.1 A gestão escolar da E.E.E.M. Dr. Carlos Meskó frente ao Ensino Médio Politécnico – demonstra o caminho percorrido desde a apresentação da proposta, sua implantação e execução até meados

de outubro de 2015 quando a tessitura desta escrita volta-se a conclusão.

3.2 As adaptações curriculares – apresenta as matrizes curriculares da escola locus antes e depois da implantação do Ensino Médio Politécnico, também, aborda a disciplina de Seminário Integrado e a organização escolar a partir dela.

IV) ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – Traz aspectos relevantes das narrativas dos sujeitos os quais caracterizam e fundamentam as categorias que emergiram. Buscando, a partir dessa análise, compreender através da Análise Textual Discursiva, o que de fato ocorreu durante este processo de implantação, buscando atender aos objetivos desta pesquisa.

MEMORIAL

A história particular de cada um de nós se entrelaça numa história mais envolvente da nossa coletividade. É assim que é importante ressaltar as fontes e as marcas das influências sofridas, das trocas realizadas com outras pessoas ou com as situações culturais. É importante também frisar, por outro lado, os próprios posicionamentos, teóricos ou práticos, que foram sendo assumidos a cada momento. Deste ponto de vista, o Memorial deve expressar a evolução, qualquer que tenha sido ela, que caracteriza a história particular do autor. (SEVERINO, 2007, p. 245).

CONHECENDO A MESTRANDA

Neste momento, revelo alguns fatos da minha caminhada nesta existência que permearam o meu ser e que constituíram a pessoa que sou... CRISTINA SCAGLIONI PERES ou simplesmente, e como prefiro, Cris. Ainda não comecei e já me sinto emocionada... Família, o mais importante! “Seus filhos não são seus filhos. São filhos e filhas do anseio da Vida por si mesma. Vêm através de vocês, mas não de vocês. E embora vivam com vocês, não lhes pertencem.” (GIBRAN, 2004, p.18). Nasci da união de Maria Inez Scaglioni com Elvino Mesquita Peres. Ela, filha de agricultores e pequeno comerciante; ele, filho de agricultores, ambos do interior de Canguçu. O amor chegou para eles quando minha mãe foi estudar no Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida com o objetivo de se tornar professora, enquanto meu pai era policial militar em início de carreira em meio à ditadura.

Frutificaram desta união duas filhas, minha irmã Cristiane, que veio primeiro, e eu, que na expectativa do casal seria um menino, o João Emílio, juntando os nomes dos avós paterno e materno. Seria uma linda homenagem, mas não era a vontade da natureza. Então, fui chamada de Cristina. Não sei se é por causa desta pequena parte que contei, mas a verdade é que na adolescência tinha um desagrado significativo com relação ao meu nome, de modo que adorava quando as minhas amigas me chamavam de Cris. Assim, tão simples e tão carinhoso quando ouvia dos meus afetos, de forma que hoje até estranho ao ser chamada de Cristina. E, assim, crescemos filhas de professora alfabetizadora da rede municipal e estadual e de soldado da Brigada Militar. Nos dias de semana, era escola, divisão de tarefas no lar, temas, brincadeiras de boneca e de casinha com minha irmã e muitas brigas também. Um pouco mais crescida, o brinquedo era na rua com os vizinhos, esconde-esconde, bola, pula corda, desfile...

E, claro, a preferida brincadeira de ser professora! Era eu, o giz, um quadro-negro e muitos alunos imaginários. Minha sala de aula era bem diversificada, como, aliás, até agora elas são. E eu, como muitos dos alunos ainda hoje, fui alvo de piadas entre os colegas sem coração, porque além de usar óculos, era completamente estrábica com ou sem eles, ou seja, sofri bullying na infância, mas sobrevivi! Nos fins de semana, era a visita aos avós, ora aos paternos, no Faxinal 3º distrito de Canguçu, ora aos maternos, também no 3º, mas na localidade denominada Vila Silva. Nas férias escolares, era costumeira a longa temporada na casa dos avós maternos, Emílio e Leonora. A vó Lola, dos quatro, é a única ainda entre nós, com 91 anos, exemplo para mim de alegria, força e fé. Foi ela quem me ensinou crochê, tricô, bordado e, também, a fazer os bolos do sábado à tarde. E ainda continua a me ensinar ao aceitar resignadamente o transcorrer do tempo e o caminho que o Mestre traça para cada um de nós, ao aguardar sua passagem para o plano espiritual convivendo com a doença de Alzheimer.

Do vô Emílio, lembro-me de seu coração bondoso e dos agrados que nos fazia trazendo sempre um embrulhinho de balas quando vinha à cidade, dele ganhei o quadro-negro a que me referi anteriormente. Faz tempo que não temos mais sua presença, pois fez sua passagem há 29 anos, quando eu tinha 12, um dos dias mais tristes da minha vida. Os avós paternos chamavam-se João Benício, o vô Gurizinho, e Georgina, a vó Jorja. Tiveram 13 filhos num tempo de muita carência de recursos, o que exigia que alguns deles fossem criados pelos compadres, para que assim não passassem por tantas necessidades e privações. Não convivi tanto com eles, como com os avós maternos, mas recordo-me das amoras que o vô Gurizinho ia colhendo e guardava para mim. A vó Jorja, bem corcundinha, foi exemplo de simplicidade, doçura, paciência e abnegação nos seus quase 91 anos de vida. Minha gratidão a eles é enorme por terem gerado o meu amado pai! O carinho que recebi dos meus avós aquece meu coração, ainda agora, ao lembrar tempos tão felizes e inocentes, em que ainda não percebia as mazelas da alma humana

nem a existência do mau proceder entre as pessoas, nem se quer vislumbrava o complexo mundo dos adultos. Da infância humilde meu pai conta muitas coisas, citarei uma que me marcou de forma especial. Quando tinha por volta dos sete anos, já com muita vontade de aprender, estava ele em pé à volta da mesa onde os filhos do dono da casa estudavam – naquela época no interior não havia escola, logo as famílias abastadas pagavam um professor para que ensinasse os filhos a ler, escrever e fazer contas –, e neste ínterim sem querer perder nada da aula, sem perceber, acaba por se urinar. A sorte é que os demais não notaram, o que foi um alívio enorme para ele que era muito tímido, caso contrário, seria uma vergonha com certeza. Esse desejo de estudar permaneceu com ele por muito tempo, embora freado pelas dificuldades da vida. Assim, após sua primeira grande vitória de ter um trabalho, e já casado com minha mãe, pôde, enfim, cursar o Ginásio na Escola Estadual João de Deus Nunes, depois o Técnico em Contabilidade, na atual Escola Técnica Estadual de Canguçu (Etec), e, por último, graduou-se em Geografia na Universidade

Federal de Pelotas (UFPel), quando eu tinha por volta dos dez anos. Lembro-me dele estudando em voz alta, e, com muita alegria, de quando ele conseguia chegar mais cedo em casa e eu ainda estava acordada indo ao seu encontro, pois ele viajava todas as noites para Pelotas para fazer sua faculdade. Enquanto meu pai trabalhava e estudava, minha querida mãe exercia a docência manhã e tarde, enquanto à noite continuava seu terceiro turno entre os planos de aula, os afazeres domésticos e a atenção às filhas. Algumas vezes enquanto planejava, eu ia para a sua volta desenhar, pintar e falar muito! Quando extravasava o seu nível de tolerância, ela dizia: Deu, Cristina, vai te deitar! Pensando bem, eu e minha irmã tínhamos tudo para ser traumatizadas e jamais pensar em sermos professoras, porém seguimos os exemplos de nossos pais e somos professoras, hoje diretoras de escola.

“Podem abrigar seus corpos, mas não suas almas; pois suas almas moram na mansão do amanhã, que vocês não podem visitar nem mesmo em sonho.” (GIBRAN, 2004, p. 18).

O tempo passou e eu ainda sem entender por que minha mãe, professora anos a fio, planejava suas aulas constantemente. Era comum a mesa cheia de cadernos, livros, canetas e minha mãe a escrever. Contudo, quando comecei a carreira do magistério tive toda a compreensão: ela queria fazer sempre melhor, sabia que cada turma e cada aluno eram únicos, e que o trabalho exigia um constante repensar! E apesar de toda a caminhada no mundo escolar, minha mãe não se achava capaz de fazer uma faculdade, muitas vezes disse que nunca faria. Seu dito era: Ainda bem que vocês puxaram ao pai que é inteligente, porque eu sou burra! Até que já aposentada em uma das carreiras, surge a oportunidade de cursar a faculdade de Pedagogia, da UFPel, em extensão na cidade de Canguçu.

"Vocês podem se esforçar por ser como eles, mas não busquem fazê-los como vocês; porque a vida não volta para trás nem se demora nos dias passados." (GIBRAN, 2004, p. 18)

Neste momento, penso que nosso exemplo e incentivo foram decisivos para ela que, embora apreensiva, após aprovada no vestibular, retomou os seus estudos, colando grau em 2006, aos 57 anos, muito mais confiante, otimista e feliz. Se minha infância foi tranquila, sobre a adolescência, não posso dizer o mesmo.

Iniciei, aos 14 anos, após cursar o Ensino Fundamental, o curso Técnico em Edificações, na Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel), hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), o que representou para mim um sonho concretizado. No segundo ano do curso, consegui meu primeiro emprego em um escritório de engenharia de Canguçu, aos 16 anos. Trabalhava das 08h às 11h30min no turno da manhã, e das 13h30min às 17h no turno da tarde e, também, aos sábados no turno da manhã. Às 18h já estava no ponto de ônibus na Praça Marechal Floriano, hoje, Dr. Francisco Carlos dos Santos, para me deslocar no transporte da Cooperativa dos Estudantes de Canguçu (Coesc) à cidade de Pelotas.

O retorno ao lar dava-se próximo à meia-noite, fase de muito trabalho e estudo, o que me fez aprender e crescer muito, levando-me a amadurecer. Com quase um ano neste trabalho, surgiu a oportunidade de um estágio na Prefeitura Municipal de Canguçu, no Núcleo de Serviços Urbanos.

E eu fui atrás, pois além de um salário melhor, a carga horária era menor, e a semana encerrava na sexta-feira. No Núcleo de Serviços Urbanos, realizei meu estágio obrigatório de conclusão de curso, ganhei em aprendizado e em amizades que trago comigo. No dia da formatura no Theatro Guarany, tive uma grande surpresa, motivo de orgulho aos meus pais! Recebi a medalha de honra ao mérito por ser a segunda melhor média do curso Técnico em Edificações do ano de 1992. Eu nem sabia que existia esse tipo de condecoração, foi muita emoção!

“Vocês são os arcos dos quais seus filhos são arremessados como flechas vivas. O Arqueiro mira o alvo na trilha do infinito e estica o arco com toda a sua força para que suas flechas se projetem rápidas e na distância.” (GIBRAN, 2004, p. 19).

Ao completar 18 anos, realizei um concurso para o cargo de datilógrafa na Prefeitura Municipal de Canguçu, no qual me classifiquei em primeiro lugar. Assim, logo após o estágio, já fui nomeada. Neste tempo, conheci um colega de trabalho e, após curto namoro, casei-me ainda muito jovem. Este relacionamento durou quatro anos e meio e frutificou em meu primeiro tesouro: a minha filha Vitória! Meu grande aprendizado, meu grande desafio. Após formar-me no Técnico em Edificações, ingressei em curso pré-vestibular objetivando uma vaga na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na UFPel. Contudo, paralelamente, naquele mesmo semestre, abriram inscrições para vestibular, ofertado pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR), do Curso Superior de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas no Ensino de 2º Grau, Esquema II, no qual fui aprovada e comecei a cursá-lo. Minhas aulas eram nas quintas à noite, nas sextas pela manhã e noite e aos sábados pela manhã e tarde, nas dependências da ETFPel.

Assim foi minha rotina durante dois anos, sendo que na sexta à tarde, eu tinha que trabalhar na Prefeitura. Então, deslocava-me duas vezes nas sextas para poder dar conta das responsabilidades com o trabalho e do aprendizado no curso. Isso, eu chamo de determinação! Nesse tempo, minha filha Vitória já me acompanhava e, protegida em meu útero, fizemos várias viagens também à cidade de Rio Grande, pois resolvi fazer um concurso para técnico de laboratório em Edificações, na Fundação Universidade do Rio Grande (Furg). Eram vários candidatos, e eu era a única mulher e grávida, em um processo exaustivo de prova teórica, prática e psicológica. Na prova prática, eu devia realizar o Teste de Slamp, que determina a consistência adequada do concreto. Não posso deixar de mencionar a ajuda que recebi do professor Lórgio, que, com boa vontade, me ensinou no laboratório do curso de Edificações, onde tantas vezes tivemos aula, executando o referido teste, o qual realizei com sucesso na prova prática. . O gesto deste professor comigo jamais será esquecido. Após a prova prática só restaram três, eu e dois rapazes, e embora tenha

feito bonito, pois fui aprovada em todas as etapas, fiquei em terceiro lugar e era apenas uma vaga. Logo, ainda não era para ser, porém, acredito que enquanto eternos aprendizes que somos sempre vale a experiência! Tudo isso acontecia enquanto eu continuava a trabalhar na Prefeitura de Canguçu, estudava em Pelotas e aguardava ansiosamente o nascimento da Vitória. Tão logo me recuperei da cesariana, retomei os estudos. Concluí o Esquema II em 06 de outubro de 1995, habilitando-me nas disciplinas de Tecnologia de Materiais de Construção, Projetos de Construção Civil e Construção. As disciplinas de Didática e Prática de Ensino oportunizaram-me ministrar as primeiras aulas. Começamos nos exercitando com os próprios colegas, os quais ao nos observar tinham o dever de avaliar nosso desempenho, conforme uma ficha fornecida pela professora. Na segunda aula ministrada, tínhamos o compromisso de melhorar a atuação, mediante as observações que os colegas apontaram nas fichas. Era um processo rigoroso, mas de muito crescimento, no qual me sai muito bem.

Realizei o estágio no curso de Edificações, na disciplina de Desenho Arquitetônico em uma turma de segundo ano, no turno da manhã. Foi uma experiência exitosa para mim. Em seguida, após a conclusão deste curso, a ETEP lançou um edital para suprir vagas para o cargo de professor em diversas áreas, e lá estava eu. A única técnica a ser aprovada na prova teórica, entre arquitetos e engenheiros, ficamos em quatro. Contudo, tive que tomar uma das decisões mais difíceis da minha vida, pois o conteúdo sorteado para que eu realizasse a prova prática foi sobre desenho altimétrico e o que eu sabia era só o estudado no Técnico em Edificações.

Realizei o estágio no curso de Edificações, na disciplina de Desenho Arquitetônico em uma turma de segundo ano, no turno da manhã. Foi uma experiência exitosa para mim. Em seguida, após a conclusão deste curso, a ETEP lançou um edital para suprir vagas para o cargo de professor em diversas áreas, e lá estava eu. A única técnica a ser aprovada na prova teórica, entre arquitetos e engenheiros, ficamos em quatro.

Contudo, tive que tomar uma das decisões mais difíceis da minha vida, pois o conteúdo sorteado para que eu realizasse a prova prática foi sobre desenho altimétrico e o que eu sabia era só o estudado no Técnico em Edificações. Começou então a corrida contra o tempo, eu tinha 24 horas para o planejamento da aula que deveria ser de 30 minutos. Porém, com muito empenho eu fechava 20 minutos de explanação. Não existia acesso à internet, pelo menos para mim, tudo o que eu possuía de material de apoio era o caderno e as planilhas antigas das aulas de Topografia. Mas se entre tantos pontos que eu dominava, foi cair justo este, concluí que, mais uma vez, ainda não era para ser! Com o tempo, realizei outros concursos na Prefeitura de Canguçu e passei para o cargo de auxiliar administrativo, exercendo minhas funções no setor de Contabilidade. Este foi o momento em que ingressei na Licenciatura Plena em Matemática, primeira turma da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em extensão em Canguçu. Em meio a esta graduação, ganhei meu segundo tesouro: minha filha Mariana! Minha amiga e companheira.

Vivemos tempos difíceis, de escassos recursos que se dividiam entre nosso sustento e algumas prioridades, como pagar a faculdade, comprar remédios e custear uma pessoa para cuidar das meninas enquanto eu trabalhava e estudava. Pois, na verdade, sempre fui pai e mãe das minhas filhas, como muitas mulheres são. E, embora algumas escolhas erradas, frutos da imaturidade da juventude, nunca perdi o encanto com a vida, a alegria, a vontade de estudar e de crescer. Meus pais sempre foram presença constante, auxiliando-me nos momentos mais angustiantes, sou sempre grata!

“Que depositem confiança na mão do Arqueiro com alegria: Pois assim como Ele ama a flecha que voa, também ama o arco que fica.” (GIBRAN, 2004, p. 19).

Nesse sentido, dos passos em falso, extrai as lições para prosseguir, porém a passos mais firmes e seguros, acreditando na minha capacidade e tendo como prioridade o compromisso com as minhas filhas, buscando educá-las pelo diálogo sincero e pelo exemplo no bem, num desafio constante frente ao mundo em que vivemos.

No primeiro semestre de 2001, realizei o estágio na Etec, em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, no turno da noite, pois sempre pensei em trabalhar com adolescentes. Como na experiência anterior, transcorreu tudo bem e gostei muito. Assim, concluí minha graduação em Matemática, prestando concurso para o magistério do Estado do Rio Grande do Sul no mesmo ano. Tenho muito presente ainda em minha memória, ao refletir, quando dizia que faria a minha parte estudando. E que se fosse para eu contribuir mais com as pessoas sendo professora do que executando as atividades contábeis que se repetem dia após dia, eu iria passar. Ao receber o resultado do concurso, não tive dúvidas de que Deus e eu, realmente, dialogamos. Fiquei classificada em primeiro lugar para o Ensino Médio e em segundo lugar para o Ensino Fundamental. Minhas nomeações ocorreram juntas em fevereiro de 2002. Agora, sim, era para ser!

Assumi a nomeação no Ensino Fundamental na Escola Estadual João de Deus Nunes, trabalhando à noite, em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Sensibilizei-me muito com os alunos, muitos mais velhos do que eu, lembraram a caminhada que relatei sobre meu pai, que tanto me orgulha. Ao vê-los com afinco na busca da superação de suas dificuldades, eu crescia junto com eles, e ao saírem vencedores, me sentia realizada, pois de alguma forma pude contribuir para isso. Foram mais de oito anos trabalhando na EJA, de algumas turmas fui paraninfa, com todos estabeleci uma relação de respeito e partilha e com alguns alunos e colegas desenvolvi laços de amizade que perduram até hoje, isto é o que conta para mim. Foi então que, após oito anos, solicitei minha transferência para a outra escola à época da nomeação, citada anteriormente, onde permaneço até hoje, ficando com as 40 horas, ou seja, com as duas matrículas nesta escola. Foi uma decisão tomada de forma madura, pois já eram muitos anos trabalhando à noite e eu queria compartilhar mais tempo com minhas filhas. Fui muito feliz neste trabalho, só tenho boas lembranças!

No Ensino Médio, assumi minha nomeação na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Meskó, na qual permaneço até a atualidade e que é cenário

para o estudo desta dissertação. Em meados de abril de 2002, desembarquei de um ônibus no Iguatemi, 2º Distrito de Canguçu, uma localidade desconhecida para mim, mas de uma beleza natural que muito me agrada. Estava ansiosa! Após conversar com a diretora, professora Vera Maria Bettin, e conhecer a escola, voltei para casa com uma enxaqueca considerável. Eram mudanças de vida muito significativas, uma vez que parei de trabalhar no setor de Contabilidade da Prefeitura para atuar em contextos tão distintos. Já no início da carreira, adquiri uma experiência na prática docente, em termos do panorama geral no domínio dos conteúdos e relevância deles, bem como em convivência humana, apoiada sempre no respeito e no afeto ao próximo, inigualáveis.

Fui muito abençoada pelo aprendizado obtido nesta diversidade toda, pois atuava em uma escola na cidade à noite, com turmas de EJA no Ensino Fundamental, e na outra pela manhã, na zona rural, trabalhando com jovens adolescentes, filhos de agricultores. Assim foi meu primeiro ano como professora, em meio a adaptações, muitas

surpresas, emoções, estudo, planejamento e uma frequente indagação: Mãe, tu não vai largar estes cadernos? Movida sempre pela vontade de aprender e pelo dinamismo da vida que convoca a melhoria do ser, ainda no fim de 2002, submeti-me e fui aprovada na prova de seleção do Curso de Especialização em Matemática para Professores do Ensino Fundamental e Médio. Este curso foi promovido pelo departamento de Matemática da Furg, no período de março de 2003 a julho de 2004, portanto, foram três semestres viajando de Canguçu para Rio Grande, semanalmente, nas sextas-feiras. E a vida convidou-me a novos movimentos e mais trabalho. Exatamente ao fim da especialização, fui convidada pela equipe diretiva da Etec, escola em que eu havia feito o estágio da graduação, a assumir uma convocação de 20 horas para lecionar em turmas de 2º ano do Ensino Médio. Naquele momento eu já havia estabelecido o foco de, ao fim da pós-graduação, trabalhar mais horas para, assim, somar recursos com o propósito de construir o segundo pavimento da nossa casa, pois o terreno e o primeiro pavimento, de quatro cômodos, foram

conquistados com meu labor nos tempos em que trabalhava na Prefeitura. Neste caso, não havia dúvidas, aceitei o convite, pois eu já havia definido o meu objetivo de querer trabalhar mais horas. Não houve dúvidas também de que isso seria temporário, pois penso que trabalhar 60 horas em sala de aula é um desrespeito que nos permitimos praticar contra nós. Contudo, o sustento da minha família provinha apenas do meu trabalho e eu tinha um bom propósito, que me incentivou a dar um pouco mais de mim para que tivéssemos mais espaço e conforto.

Nesta situação, fiquei por um semestre. Neste período, na escola Dr. Carlos Meskó, a diretora, Prof.^a Vera Maria Bettin, cumpriu um compromisso de campanha ao permitir que os colegas, professores e funcionários, elegessem um nome para a função de vice-diretor. A escola passou a ter esse direito uma vez que estava com mais de 250 alunos.

Assumir cargos administrativos nas escolas em que trabalhava, à época três, nunca foi um objetivo, mas acredito que por me mostrar participativa, crítica, com boa vontade na busca para resolver problemas de nosso cotidiano escolar, fez com que houvesse um

forte pedido por parte de alguns colegas, o que me sensibilizou e aceitei.

Somadas as forças, fui eleita vice-diretora do turno da manhã, em uma progressão geométrica de 16 votos, contra oito para a segunda colocada e quatro para a terceira. Desde então, acompanho de perto o Ensino Médio, suas modificações e implicações.

Tão logo atingi meus objetivos, fui reduzindo a carga horária de trabalho no turno da noite, ficando lotada só na Escola Dr. Carlos Meskó, exercendo a vice-direção e a docência. No entanto, me sentindo um tanto acomodada e com vontade de novas experiências, candidatei-me à seleção para tutor presencial do Polo de Canguçu da Rede e-Tec.

Fui selecionada e passei a exercer esta atividade em 1º de setembro de 2010 no curso de Biocombustível. Foi minha primeira experiência na educação a distância e aprendi muito, além de complementar minha renda. Contudo, eu já havia definido outro foco: voltar a estudar. Como estava na função de vice-diretora desde 2005, sem ter feito nenhum estudo acadêmico sobre o tema, resolvi me inscrever no Curso de Especialização em Gestão Escolar,

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com início em março de 2012. Período, também, em que participei do processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM).

Nesta primeira tentativa de ingresso, fui aprovada na prova teórica, contudo não tinha a menor noção de como funcionavam as demais etapas, não sabia o que era a Plataforma Lattes, tampouco o seu currículo. Também senti muita dificuldade em escrever o anteprojeto, pois a graduação e a pós não me proporcionaram exercícios desta natureza e grandeza. Porém, como para mim dificuldades representam crescimento, não desisti de perseguir o sonho.

E, assim, comecei a percorrer o caminho passo a passo, buscando amadurecer, entender a linguagem da academia e, sobretudo, exercitar a escrita. Comecei, então, a cursar no primeiro semestre de 2012, como aluna especial, a disciplina de Epistemologia da Matemática, e no segundo semestre, a disciplina de Ensino e Aprendizagem, as quais me ajudaram muito na tentativa seguinte, que desta vez foi exitosa. Ao término de 2012, no mês de novembro, ocorreram as eleições para direção da escola, para a qual me candidatei, por forças das circunstâncias e principalmente pelo sentimento de compromisso com o trabalho já realizado pela escola desde 2005 na vice direção. Levei comigo os nomes dos professores César Luis Kuhn Knabach e Tânara Regina Costa da Fonseca para os cargos de vice-diretores. Fomos a única chapa a concorrer e eleita por 259 votos válidos, com um nulo e 22 brancos. Ser diretora não era um objetivo de vida, mas a partir do momento em que me dispus a concorrer e a contribuir, comecei a planejar o que faria para melhorar o principal problema com que nos deparávamos na escola.

A falta de espaço físico para o desenvolvimento das aulas era uma dificuldade que queria resolver, de modo que não fosse mais preciso desacomodar turmas do Ensino Fundamental para que as duas turmas de Ensino Médio Politécnico, que eram bem maiores, pudessem ter suas aulas no turno inverso. O fim de 2012 foi assinalado para mim de maneira especial ao me direcionar a dois grandes desafios: iniciar a gestão escolar como diretora, num período em que meus pares estavam em férias, e iniciar o mestrado profissional do PPGECM, desta vez como aluna regular do primeiro semestre de 2013. Minhas vivências já me faziam perceber que teríamos momentos muito difíceis neste mandato (2013-2015) pela situação imposta às escolas com a implantação do Ensino Médio Politécnico. Acompanhei este tema desde seu início, em 2012. A preocupação também se relacionava porque, possivelmente, iríamos enfrentar a transição do Governo do Estado ao fim de nosso mandato com as eleições para governadores, que ocorreram naquele ano,

uma vez que a tendência nas práticas políticas brasileiras é mudar as exigências e dinâmicas de trabalho ao mudar o governo.

No início de 2013, comecei a colocar meus planos, para termos mais duas salas de aula, em ação. Para isso, tive de sacrificar minhas férias. Porém, estes dias foram muito úteis, pois na medida do possível, me ausentei da escola em alguns momentos para realizar meus trabalhos acadêmicos e, sobretudo, esta dissertação. Durante o recesso escolar, realizamos melhorias no almoxarifado, como piso, forro, instalação elétrica e reparos no telhado, para que este pudesse abrigar diversos materiais.

Executamos, também, a remoção e troca de divisórias em algumas dependências, aperfeiçoando espaços. Assim, em 25 de fevereiro de 2013, iniciaram as aulas na Escola Dr. Carlos Meskó com cada turma tendo a sua sala de aula, tanto no turno da manhã como no da tarde. A diretora estava feliz por vencer o primeiro objetivo de ordem física e proporcionar melhor qualidade e conforto a professores e alunos.

Não obstante, o maior desafio estava por vir: as transformações pedagógicas exigidas à comunidade escolar, principalmente aos gestores e professores, frente à reestruturação curricular advinda com a implantação do Ensino Médio Politécnico pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. E por ser este o objeto de estudo deste projeto de dissertação, observo que neste momento os saberes da estudante de mestrado permeiam os saberes da professora gestora. E neste entrelaçar, a partir de minhas vivências, de meus estudos e das escutas das diversas vozes que compõem a harmonia ou a desarmonia das relações escolares, irei tecendo as linhas deste trabalho. Tudo se dará com vistas a melhores entendimentos do que hoje a escola vive em nosso Ensino Médio e da forma com que, a partir desta dissertação, poderei, enquanto pesquisadora, contribuir com meus colegas na profissão que escolhemos. Neste sentido, relatei alguns fatos ocorridos até então em minha vida, pois acredito que cada ser durante sua existência tem a oportunidade de avançar e ir se (re) construindo na medida em que se permite a isso.

Quando aceita o convite da vida que flui, vivendo-a intensamente no constante diálogo com o outro e na humildade de admitir e aceitar que só é possível um crescimento real e maduro junto ao outro. Na sincera tentativa de contribuir com o lugar onde estamos inseridos e com as pessoas com quem convivemos para uma sociedade mais justa e fraterna. Nas fotos abaixo, estou com meus pais e minhas filhas na festa de 50 anos de aniversário da E.E.E.M. Dr. Carlos Meskó. Suas presenças muito me alegraram.

Ressalto que as fotos contidas neste projeto de dissertação fazem parte do meu acervo pessoal.

Assim, apoio-me nas ideias de Severino (2007), as quais sintetizam como deve ser um memorial:

[...] deve buscar retratar, com a maior segurança possível, com fidelidade e tranquilidade, a trajetória real que foi seguida, que sempre é tecida de altos e baixos, de conquistas e de perdas. Relatada com autenticidade e criticamente assumida, nossa história de vida é nossa melhor referência. (SEVERINO, 2007, p. 246).

Assim, com o propósito de que o contexto descrito colabore no melhor entendimento dessa escrita, apresento, na sequência do texto, o locus da pesquisa.

APRESENTAÇÃO DO LOCUS DA PESQUISA [...] O

trabalho é o amor em forma visível. E se vocês não puderem trabalhar com amor, mas apenas com desprazer, melhor seria que abandonassem seu trabalho e se sentassem à porta do templo para pedir esmolas àqueles que trabalham com alegria, [...].

(GIBRAN, 2004, p. 25). O poeta libanês Kahlil Gibran (1883-1931), em seu livro *O Profeta* discorre sobre o trabalho com muita leveza e grande sabedoria.

Concordo com sua maneira de pensar e compartilho de suas ideias ao procurar realizar meu trabalho com boa vontade, alegria e amor, visando ao bem da coletividade e o crescimento do grupo. Nestas sucintas linhas, busco descrever o local de onde falo e que constitui o meu espaço de trabalho.

Penso que a vida nos coloca no lugar certo, onde devemos contribuir, e fui agraciada por ela ao ser nomeada para uma escola de zona rural, pois sempre adorei o interior. Estar trabalhando e, ao olhar pela janela, poder contemplar a natureza é uma dádiva.

E é assim que tenho procurado exercer meu trabalho, colaborando com este educandário e com esta comunidade que tão carinhosamente me acolheu há mais de treze anos, quando lá cheguei.

Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Meskó localiza-se no Iguatemi, 2º Distrito do município de Canguçu, a 25 quilômetros da sede. Atende alunos provenientes de diversas localidades como Herval, Posto Branco, Armada, Alto Alegre, Alto da Cruz, Potreiro Grande, Nova Gonçalves, Arroio das Pedras e Três Porteiras, incluindo também alguns alunos do interior do município de Cristal, alunos de assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) e de comunidades Quilombolas.

Neste contexto, a comunidade do Iguatemi apresenta-se com uma realidade socioeconômica que pode ser considerada média baixa (IBGE) . A maioria dos moradores desenvolve fomicultura, além de soja, milho, feijão e batata. Devido à grande lucratividade, a produção do fumo ganha espaço cada vez maior nas propriedades locais.

As famílias deixam de produzir alimentos para o próprio consumo adquirindo-os na sede do município, contudo, criam animais utilizados para a subsistência, produzindo, assim, carne, leite, ovos e derivados. Há a produção de leite por alguns moradores que comercializam com a Cooperativa Sul-rio-grandense de Laticínios de Pelotas – Cosulati ou a Cooperativa dos Produtores de Leite de Canguçu – Coopal. Na localidade existem pequenas casas comerciais que negociam produtos alimentícios, vestuário, utensílios, ferramentas, sementes, ração para animais, entre outros. Conta-se também com açougue, posto de gasolina, carpintaria, sapataria, oficinas de mecânica e de elétrica. A população do Iguatemi, em sua maioria, é formada por descendentes germânicos. A fé é professada na Igreja Luterana São Paulo, situada ao lado da escola, e na Igreja Evangélica Independente Flor do Iguatemi, às quais pertence a grande maioria das famílias dos alunos.

Grande parte dos moradores da localidade são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu e ao Movimento do Pequeno Agricultor.

A comunidade é servida por transporte coletivo municipal e intermunicipal, bem como transporte especificamente escolar. A assistência à saúde é precária, pois não existem postos de saúde. Porém, hoje, contamos com uma Unidade Móvel da Secretaria Municipal de Saúde que presta assistência médica e odontológica semanalmente, nas proximidades da escola, para os alunos e a comunidade em geral. O serviço de segurança é quase inexistente, pois não possui posto militar de atendimento na localidade. Em caso de necessidade, deve ser solicitado ao órgão competente na sede do município. A Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Meskó, inserida no contexto acima descrito, foi criada em 24 de maio de 1962, ofertando o Ensino Fundamental de 1ª a 5ª série. A partir de 1975, implantou gradativamente o ensino de 1º grau, até 1978. No ano de 2002, foi contemplado o Ensino Médio, sendo a escola pioneira no meio rural do município na oferta desta modalidade de ensino. Tem por mantenedora a 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), atende alunos do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

Contempla um número de 106 estudantes do Ensino Fundamental e 145 do Ensino Médio, totalizando 251 alunos, distribuídos no turno da manhã, da 8ª série ao 3º ano do Ensino Médio, e no turno da tarde, do 1º ao 8º ano. A equipe diretiva é composta pela diretora, eu, pela vice-diretora, professora Tânara Regina Costa da Fonseca, e pelo vice-diretor, professor César Luis Kuhn Knabach. A coordenação escolar é desempenhada por uma orientadora educacional em tempo integral, uma supervisora no turno da manhã e uma assistente pedagógica no turno da tarde. O quadro de professores está completo e é composto por professores nomeados, convocados e contratados, no total de 21 docentes. Contamos também com uma secretária, uma bibliotecária de 20 horas, duas merendeiras e uma servente, a qual se esmera para atender mais de 20 dependências, entre salas de aula, banheiros, direção, supervisão e orientação, secretaria, laboratório de ciências e informática, biblioteca, auditório, refeitório, cozinha, despensa, lavanderia e almoxarifado.

Os alunos participam de diversas atividades culturais e pedagógicas, além das desenvolvidas em sala de aula. Temos dois grupos de danças alemãs, uma vez que a presença desta cultura é muito significativa na comunidade em que a escola está inserida. Um grupo é composto por alunos do Ensino Médio Politécnico e outro, por alunos do Ensino Fundamental, séries iniciais, os quais participam do Festival da Cultura Alemã e Pomerana (FESTICAP), promovido pela Prefeitura Municipal de Canguçu, bem como nos eventos da escola.

O Departamento de Tradições Gaúchas (DTG) Herdeiros da Tradição é responsável por cultivar a tradição do povo rio-grandense. Os componentes deste grupo, alunos do Ensino Médio Politécnico, são um belo exemplo da miscigenação das culturas existentes na nação brasileira. Apresentam-se na Ciranda Estudantil Nativista (Ciena), evento promovido anualmente, envolvendo as escolas municipais e estaduais, de responsabilidade da Secretaria de Educação (SME) do município de Canguçu.

Participam, também, de algumas rondas que ocorrem na Semana Farroupilha e sempre abrilhantam as festividades da escola, quando é pertinente.

Há um bom tempo, a escola participa dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, os Jergs, que completam 44 anos e são considerados como o maior evento do esporte educacional gaúcho, no qual nossos alunos, por vezes, se destacam na região e apreciam muito participar. Além dos Jergs, anualmente, a escola realiza o Torneio Esportivo da Meskó, o TEM, cuja organização é de responsabilidade da professora de Educação Física juntamente com os alunos do 3º ano do EMP e suas professoras conselheiras. É um torneio interno, envolvendo alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental em um grande exercício de cidadania.

Buscando momentos de integração entre escola e comunidade, todos os anos é comemorado o aniversário da escola, que, em maio de 2014 completou 52 anos de serviços prestados em prol da educação.

Também no mês de maio, há homenagem às mães que são convidadas a comparecerem à escola para atividades diversificadas a cada ano. Após, servimos o tradicional Chá das mães, encerrando este momento numa grande confraternização. Para os pais, é realizada, da mesma forma, esta singela, mas significativa, homenagem que é um importante momento de aproximação entre família e escola. Anualmente, no mês de agosto, realizamos a Semana de Valorização da Vida, da Família e do Estudante. Recentemente, ocorreu a nossa XI Semana, durante a qual, como uma forma de homenagear os estudantes, foi realizada no dia 11 de agosto deste ano, Dia do Estudante, a brincadeira do bingo, em que a cada rodada eram distribuídos pequenos “agrados”. Nos demais dias da semana, compareceram diversos palestrantes capacitados para discorrerem sobre temas pertinentes à Semana, sempre visando à informação para um melhor viver e relacionar-se. No atual contexto, vive-se numa situação de muito trabalho administrativo e pedagógico,

com poucos recursos humanos para dividir as tarefas que aumentam a cada dia, com a multiplicidade de demandas exigidas pelo Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Estado (Seduc), pela mantenedora, 5ª CRE, bem como pela Lei de Responsabilidade Fiscal que rege a autonomia financeira da escola. Portanto, em um cenário que exige constante dinamismo, a filosofia de trabalho da equipe diretiva é tentar fazer com que cada sujeito sintam-se valorizado e motivado a entender sobre a sua importância frente às suas responsabilidades no trabalho a ser desenvolvido. Com isso, busca despertar as consciências no sentido de que cada um é responsável por contribuir na melhoria do todo, para que, em conjunto, se construa uma escola melhor e, assim, cada um ser mais realizado com o seu trabalho.

JUSTIFICATIVA

Esta dissertação teve origem em uma inspiração ao final do primeiro semestre de 2013, enquanto eu escrevia o trabalho Adaptações no currículo em face ao Ensino Médio Politécnico, para a disciplina de Currículo e Ensino deste curso de Mestrado. Foi o instante em que percebi que teria de mudar o tema da pesquisa proposta no anteprojeto A afetividade como fator preponderante nas relações professor/aluno no contexto escolar, o qual foi apresentado na seleção do PPGECM. Isso ocorreu ao perceber que minha atenção estava completamente voltada para meus afazeres enquanto gestora e, de maneira especial, para o Ensino Médio Politécnico. Este estava me absorvendo intensamente diante das adaptações necessárias que deveríamos fazer no ambiente escolar, nas dimensões pedagógicas, administrativas e físicas, a fim de atender a legislação que entrou em vigor desde a sua implantação em 2012. O que eu acompanhei enquanto vice-diretora, e que exigiu-me muito mais a partir de 2013, como diretora da escola.

Essas condições me direcionaram para essa pesquisa e ao fazer referência às diversas formas de trabalho científico, Severino (2007) aponta que, independentemente do nome que recebem, todos têm em comum a necessidade de ter origem a partir de um trabalho de pesquisa e reflexão que seja pessoal, autônomo, criativo e rigoroso.

Trabalho pessoal no sentido em que [...]; a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito. Não, obviamente, num nível puramente sentimental, mas no nível da avaliação da relevância e da significação dos problemas abordados para o próprio pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve. (SEVERINO, 2007, p. 214-215).

Ao ter a percepção da relevância do que ocorreu na escola a partir da política pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, proposta para o Ensino Médio, senti-me profundamente motivada em investigar como ocorreu esta reestruturação curricular. Especificamente, as transformações geradas a partir dela no cotidiano de trabalho dos colegas professores e suas implicações na dinâmica escolar.

Portanto, através desse trabalho tenho a oportunidade de dar forma às diversas vozes que compõem nosso mundo escolar, e, ao fazer isso, desejo contribuir com meus colegas professores no despertar de uma postura crítica diante da sociedade, da política e da profissão que exercemos. Na sequência do texto, apresentarei o próximo capítulo que trata do percurso metodológico.

CAPÍTULO I PERCURSO METODOLÓGICO Esta dissertação tem caráter de uma pesquisa de natureza qualitativa, pois envolve a obtenção de dados descritivos, corroborando a teoria de Ludke e André (1986) mediante o contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e com a preocupação de retratar a perspectiva dos participantes. O caminho metodológico que percorri com os sujeitos da pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso por se tratar de um caso específico referente ao Ensino Médio Politécnico, recentemente implantado no Estado do Rio Grande do Sul. E, além disso, observa como este vem se desenvolvendo no referido locus. Embora partindo de alguns pressupostos teóricos iniciais, procurei nortear especial atenção para novos elementos que pudessem emergir durante o estudo. Sendo assim, o referencial teórico adotado serviu de base a partir da qual procurei destacar novos aspectos, elementos ou dimensões que puderam ser acrescentados à medida que o estudo avançou.

Essa característica, segundo Ludtke e André (1986), está fundamentada no pressuposto de que a construção do conhecimento está sempre em movimento, é algo inacabado e aberto a novas indagações enquanto o trabalho de pesquisa se desenvolve. Outro princípio básico importante dos estudos de caso é a interpretação do contexto, pois leva em conta uma apreensão mais completa do objeto em estudo, situando-o no locus de forma contextualizada. Sendo assim, para uma compreensão melhor da manifestação geral do problema que se quer investigar, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações dos indivíduos, devem ser observadas do ponto de vista relacional de acordo com a situação específica onde ocorrem ou focadas à problemática a que estejam vinculados (LUDTKE; ANDRÉ, 1986).

Os estudos de caso, se bem desenvolvidos, podem revelar a realidade de forma completa e profunda. Com essa metodologia, o pesquisador busca revelar os múltiplos matizes inerentes a um determinado problema, analisando-o como um todo, mas realizando uma abordagem em que se

evidencie a complexidade da inter-relação dos seus componentes.

Outra característica do estudo de caso, conforme Ludtke e André (1986), é a múltipla variedade de informações. No desenvolver desse tipo de estudo, pode-se recorrer a uma variedade de dados coletados em momentos e situações diferentes. E quando feito na escola, tem-se a oportunidade de fazer observações de situações importantes e descobrir dados implícitos invisíveis à primeira vista, mas que poderão ser potencialmente importantes para o objeto de estudo a que se propõe a pesquisa. Podemos também cruzar informações para checar hipóteses levantadas ou refutá-las. Segundo Lüdke e André (1986), os estudos de caso revelam que o pesquisador procura relatar suas experiências de forma que o leitor possa elaborar suas próprias generalizações naturalísticas, podendo associar dados encontrados no estudo com os de suas experiências pessoais. Estes estudos procuram evidenciar os diferentes pontos de vista, às vezes conflitantes, em função de uma situação social.

De sorte que o pesquisador procura trazer à tona as opiniões diferentes, revelando na medida do possível seu próprio ponto de vista acerca da questão levantada. Assim, o leitor ou usuário da pesquisa poderá inferir suas próprias conclusões sobre os aspectos contraditórios que afloram no estudo em questão. A forma de linguagem utilizada pelos estudos de caso é simples e acessível. Os dados deste tipo de pesquisa podem ser apresentados de diversas formas, entre elas: desenhos, fotografias, slides, discussões, mesas-redondas, entrevistas semiestruturadas etc. As formas escritas apresentam estilo informal, narrativo, citações, exemplos e descrições. (IDEM, 1986).

ESTRATÉGIAS PARA COLETA DE DADOS

Para desenvolver esta pesquisa, utilizei três estratégias. Uma delas é a análise da Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (Seduc, 2011), bem como o apoio em minha experiência para narrar como gestora esse

momento de implantação e efetivação dessa política. A outra são as entrevistas semiestruturadas realizadas com alguns professores do Ensino Médio Politécnico, tendo como critério o trabalho com a disciplina de Seminário Integrado e, também, com outras disciplinas, dentro das Áreas do Conhecimento de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Portanto, quatro sujeitos devem ser os articuladores da proposta interdisciplinar do Seminário Integrado na escola. As entrevistas foram transcritas para posterior análise dessas narrativas, para o levantamento de todas as possíveis variantes pertinentes, que são denominadas de unitarização (Moraes e Galiuzzi, 2006), e distintas de acordo com seu significado. Posteriormente a isso, realizei a categorização, que consiste na articulação dos significados semelhantes das unitarizações, as quais puderam evidenciar diversas categorias de análise. Dessa forma, para o encontro com as categorias que emergiram, pretendo me apoiar na Análise Textual Discursiva (ATD) que, segundo os autores Moraes e Galiuzzi (2006),

é uma análise de dados que pode levar a duas reconstruções simultaneamente:

[..]1.do entendimento de ciência e de seus caminhos de produção; 2. Do objeto da pesquisa e de sua compreensão.

Argumenta-se no texto, sempre a partir das vivências de quem passou pelo processo, que a análise textual discursiva cria espaços de reconstrução, envolvendo-se nisto diversificados elementos, especialmente a compreensão dos modos de produção da ciência e reconstruções de significados dos fenômenos investigados. (2006, p. 118).

Logo, no momento em que esta política pública de reestruturação curricular proposta para o Ensino Médio chega ao “chão de cada escola” e sofre as interferências dos sujeitos – os quais de fato são os protagonistas deste processo de implantação e que, por sua vez, são movidos a partir de suas vivências naquele grupo específico, de acordo com sua realidade, enquanto comunidade escolar e do contexto social que os cerca – é que se dará a dinâmica do processo. E ao investigar as ações desses sujeitos, pode-se entender os modos de produção da ciência e seus significados, tendo a percepção de possíveis reconstruções.

Portanto, compreender como uma política pública educacional se constitui a partir de uma legislação, a qual foi elaborada por um grupo de pessoas que compõem por um tempo um determinado governo, e observar o seu percurso até ser efetivada no cotidiano escolar é entender a ciência e seus caminhos de produção sob o objeto de estudo em questão.

Assim, a problemática presente e que aponta para alguns desafios desta pesquisa foi compreender essas políticas a partir do espaço escolar. Assim, surgiram neste contexto, minimamente, duas questões instigadoras e motivadoras para a realização da pesquisa, são elas: 1. Quais transformações estão ocorrendo no locus da pesquisa em consequência da reestruturação curricular proposta para o Ensino Médio a partir da implantação da política pública para o Ensino Médio Politécnico da Seduc-RS? 2. Será que uma política pública, em termos de propostas implementadas pelo Estado-RS, poderá ser um dos fatores responsáveis na promoção de uma melhoria do sistema público da rede estadual de Ensino Médio?

OBJETIVO GERAL

Compreender quais os possíveis impactos do Ensino Médio Politécnico no trabalho docente no locus da pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1) Interpretar o texto da Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (SEDUC, 2011). 2) Analisar os possíveis impactos sobre a dinâmica escolar e a prática docente como consequência da implantação desta política pública educacional através dos sujeitos da pesquisa. Com estes propósitos, no próximo capítulo, apresentarei uma revisão da literatura em que me apoiei.

CAPÍTULO II REVISÃO DE LITERATURA 2.1 Estado do conhecimento

O Estado do conhecimento é o espaço em que são buscadas todas as produções e pesquisas realizadas sobre a temática que se pretende desenvolver, ou seja, “[...] é conceituado como um estudo quantitativo/qualitativo, descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre um determinado objeto, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de outras variáveis [...].” (UNIVERSITAS, 2002). Para fundamentar este capítulo sobre o estado do conhecimento, recorri ao sítio da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). Por ser uma temática de abordagem recente, encontrei apenas uma dissertação no repositório da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Puc RS), datada de dezembro de 2014, sob o título Implantação do Ensino Médio Politécnico da Rede Pública do Rio Grande Do Sul e a Pesquisa na Escola: Estudo de Caso , de autoria de Ione dos Santos Canabarro de Araujo. A referida dissertação tem por objeto de estudo a investigação

sobre a implantação do EMP em duas escolas estaduais do município de Porto Alegre. Foram entrevistados de forma estruturada professores, coordenadores pedagógicos e alunos. A metodologia foi desenvolvida a partir de um estudo de caso, constituindo-se em pesquisa de cunho qualitativo, tendo seus dados analisados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD). Na pesquisa realizada pela referida acadêmica da Puc RS emergiram três categorias: 1ª) percepção sobre a reestruturação curricular, apontando para as subcategorias; percepção dos docentes e percepção dos alunos; 2ª) novas práticas pedagógicas, indicando as subcategorias; pesquisa na escola e trabalho interdisciplinar; e 3ª) desafios para os Seminários Integrados, apontando para a falta de formação dos professores e a falta de autonomia dos alunos. (ARAUJO, 2014).

Segundo os sujeitos pesquisados, a implantação do Ensino Médio Politécnico não aconteceu como deveria. Entretanto, houve mudanças na forma de ensino na rede estadual de educação do RS por meio dos Seminários Integrados. Assim, aos poucos, vem se transformando a

rotina das aulas. Os alunos estão tendo oportunidade de escolher o que querem pesquisar e dessa forma participar do processo de aprendizagem. (ARAUJO, 2014, p.7).

Com essa explanação, concluo o subcapítulo sobre o estado do conhecimento que aborda o EMP. Faço o registro de que busquei no caderno do número especial da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) alguns dados para minha pesquisa, encontrei textos muito interessantes de pesquisas realizadas pelo país, que esclareceram alguns aspectos do meu trabalho. Nos próximos subcapítulos apresentarei as implicações da gestão escolar nas suas concepções, na proposta de gestão democrática e no papel do gestor. E, após, no subcapítulo seguinte, apresentarei alguns conceitos sobre políticas públicas e as políticas educacionais que se efetivaram na escola locus.

2.2 Gestão escolar

2.2.1 As concepções de gestão da educação e da escola a partir da Constituição Federal de 1988.

A organização e os processos de administração da escola pública assumem diferentes modalidades dependendo das finalidades sociais e políticas em relação à sociedade e à formação dos alunos. Libâneo et al (2002) registra que ao considerar uma linha contínua, pode-se imaginar duas concepções extremas – a técnico-científica e a sociocrítica, sendo cada qual situada nos extremos desta linha imaginária:

- Na primeira concepção, a direção é centralizada em uma pessoa, sendo que as decisões são hierarquizadas, ou seja, de cima para baixo, em que não há participação dos demais atores envolvidos.
- Na segunda, a organização escolar é formada por um sistema que agrega pessoas, através do qual são estabelecidas interações sociais com um contexto sociopolítico, no qual são consideradas as formas democráticas de tomada de decisão.

Neste cenário, a organização da escola é uma construção social levada a efeito pelos

professores, funcionários, alunos, pais e integrantes da comunidade em que a escola se insere. Isso justifica um processo de tomada de decisão abrindo aos membros do grande grupo a possibilidade de discutir e deliberar em uma relação de colaboração. Segundo Libâneo et al. (2002), ao considerar alguns estudos sobre organização e gestão escolar, podemos representar de forma esquemática, quatro concepções: a técnico-científica, a autogestionária, a interpretativa e a democrático-participativa. A concepção técnico-científica é baseada na hierarquia de cargos e funções, regras e procedimentos administrativos. É mais conhecida como administração clássica ou burocrática e, mais recentemente, é chamada de modelo de gestão da qualidade total. A concepção autogestionária baseia-se no fazer coletivo e na ausência de direção centralizada e participação direta e igualitária pelos membros da instituição. Libâneo et al. (2002, p. 325) afirma que “[...] valoriza especialmente os elementos instituintes (capacidade do grupo de criar, instituir, suas próprias normas e procedimentos).”.

A concepção interpretativa leva em conta como prioridade a análise dos processos de organização e gestão, os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas. (IDEM). Ainda segundo os mesmos autores, a concepção democrático-participativa é baseada na relação orgânica entre os diretores e a participação dos demais membros da equipe e valoriza a importância na busca de objetivos comuns assumidos pelo grande grupo. Defende, também, a forma coletiva de tomada de decisão, em que todos avaliam e são avaliados, todos dirigem e são dirigidos. Saliento ainda que na Constituição Federal de 1988, a concepção democrático-participativa é definida como um dos princípios balizadores de educação. Este princípio da gestão democrática da escola pública, institucionalizada pela Constituição Federal de 1988 e legitimada pela LDB, Lei nº 9394/96, estabelece:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (MEC, 1996).

Para discorrer e apresentar as ideias melhor sobre administração ou gestão democrática da escola são relevantes algumas abordagens iniciais sobre o conceito destes termos. Para administração, pode-se considerar a seguinte definição:

A palavra administrar tem sua origem no latim, e seu significado original implica subordinação e serviço: ad, direção para, tendência; minister, comparativo de inferioridade; e sufixo ter, que serve como termo de comparação, significando subordinação ou obediência, isto é, aquele que realiza uma função abaixo do comando de outro, aquele que presta serviço a outro. (CHIAVENATO, 1982, p. 3).

Sendo assim, posso dizer que se existe uma instituição, uma empresa, uma entidade social de pessoas, esta tem a necessidade de ser gerida ou

ou administrada. Logo, a gestão é um ramo das ciências humanas porque trata com grupo de pessoas que tem por objetivo o crescimento através do esforço humano organizado, com vistas a objetivos comuns. Por sua vez, a palavra democracia, segundo Aranha (2007), é formada por dois termos de origem grega: demos (povo ou comunidade de cidadãos) e kratía (governo, poder). Dessa forma, pode-se entender democracia como governo do povo ou governo de todos os cidadãos. Observam-se na literatura vários conceitos para a democracia e genericamente são fundamentados na noção de uma comunidade política, na qual todos os cidadãos têm o direito de participar dos processos políticos decisórios. O norteamento dá-se pelos princípios de liberdade de opinião e expressão, dignidade e respeito humano, e igualdade de direitos e deveres, ou seja, igualdade jurídica com a garantia de acesso equivalente para todos espaços e benefícios sociais diversos. Já a palavra escola, assim como democracia, deriva-se do grego scholé. Originalmente, significando lazer e tempo livre. Atualmente, encontra-se para escola,

segundo o dicionário on-line Aurélio, a definição de “estabelecimento onde se ensina; [...] o que proporciona instrução, experiência”. No encontro e na relação dos termos gestão, democracia e escola, passo, então, a fundamentar e entender o conceito e a dinâmica da Gestão Democrática da Escola. Isso visto que inseridas na sociedade e interagindo diretamente com ela estão as instituições escolares, uma vez que estas atuam substancialmente na formação humana e intelectual dos sujeitos. Isso com o propósito de ajudá-los na sua autoconstrução, enquanto cidadãos íntegros, qualificados ao pensamento crítico e à prática de ações que geram o bem comum.

2.2.2 O conceito de gestão democrática

De acordo com Lück (2009), pode-se definir a gestão democrática da escola como o processo em que se criam condições e são estabelecidas as orientações necessárias para que os indivíduos de uma coletividade tomem parte de forma regular e contínua das decisões e que simultaneamente assumam os compromissos inerentes a suas atribuições de forma a concretizá-las.

Para Ferreira (2004), o modelo de gestão de uma instituição é uma maneira particular de: [...] planejar, organizar, decidir, coordenar e avaliar suas ações. Ele define os processos de tomada de decisões (com impacto no presente e no futuro) e os fluxos de trabalhos; a estrutura (formas de dividir o trabalho, distribuir autoridade e alocar responsabilidade); os mecanismos de integração e coordenação; e os instrumentos de planejamentos. (p.21). Sendo assim, percebo que a gestão educacional está passando por modificações significativas em que práticas consolidadas por longo tempo dão lugar a uma maneira reflexiva, dialógica e flexível de administrar. Nesse caminho, aceitar o dinamismo da vida em sociedade e, portanto, da escola é fundamental. A relevância da gestão democrática da escola vem sendo abordada e discutida já há algum tempo por governos e educadores. A partir disso, observo que é construída paulatinamente dentro das escolas, podendo ser concretizada a partir do compartilhar de responsabilidades. Tendo como ponto de partida a busca pela tomada de pela tomada de consciência

dos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar de que mudanças são necessárias e de que participar é fundamental para a garantia das melhores escolhas para o grupo em questão. (LÜCK, 2009).

É fundamental a articulação entre direitos e deveres, fazendo-se necessário, portanto, apropriar-se destes para atuar no sentido de ações democráticas, além de conhecer os bens e serviços dos quais se pode usufruir. Deve-se ter a plena convicção de que se tem a responsabilidade de melhorar a sua qualidade, através da participação consciente visando sempre ao bem coletivo. E que vise não simplesmente reformular o velho sistema formal da escola em que a centralização do poder ditava as normas e exercia o controle técnico-burocrático, pois na sociedade em que se vive cresce a necessidade de autonomia em oposição às uniformizações e à implantação das singularidades de cada região, de cada localidade, enfim, de cada cultura. A multiculturalidade é marca característica do meio em questão, por isso se salienta a importância da gestão democrática que tenha um PPP que atenda as exigências da

realidade em que a escola se insere, mesmo em um cenário marcado pela diversidade, que seja entendido como um processo inacabado, uma fase cuja finalidade permanece no âmago da escola. Portanto, observamos que “[...] um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa.” (GADOTTI, 1999, p.1).

Segundo o pensamento do mesmo autor, o PPP deve se apoiar no desenvolvimento da consciência crítica, na participação da comunidade escolar e do seu entorno, na cooperação de várias esferas de governo, na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto. Sua construção ou reformulação é um momento importante de renovação da escola, portanto, requer ousadia e é construído de forma interdisciplinar. A partir da afirmação de que “todo o projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro.” (GADOTTI apud VEIGA, 2000, p.1), entendo um movimento na busca de um estado geral melhor do que o presente, o que poderá ser conquistado apenas com o comprometimento de todos os participantes da vida da escola.

Para isso, é preciso tempo. Tempo, sobretudo para amadurecimento de ideias, para o diálogo, o qual depois de refletido por cada indivíduo poderá gerar a adesão voluntária para que assim não seja imposto, existindo a corresponsabilidade das partes. O que acredito ser fator determinante para o sucesso da implantação e efetivação do projeto. O qual deve ser avaliado constantemente para que se observe se os objetivos estão sendo atingidos, e que, em caso contrário, seja possível fazer as necessárias mudanças para o sucesso neste intento.

Dessa forma, o ato de planejar mostra-se como uma atividade inerente a toda a ação humana por ser a base para a organização no desenvolvimento de estratégias a fim de alcançar os objetivos almejados. É processo de reflexão e avaliação contínuo, envolvendo, segundo Lück (2009), as operações mentais de identificar, analisar, prever e decidir. Orientando estas operações, tem-se alguns elementos fundamentais na forma de questionamentos que promovem uma mudança no sentido de realizar o objetivo.

A seguir, apresento o conjunto dos elementos apontados pela autora que ilustra de forma sistemática os referidos elementos fundamentais:

O que diz respeito ao conteúdo da ação, o conceito principal a ser trabalhado. Por que se refere aos pressupostos da ação, os antecedentes da orientação para se estabelecer uma linha de ação. Para que diz respeito aos objetivos, as mudanças a serem alcançadas, os resultados a serem promovidos. Como se refere aos métodos, técnicas, procedimentos e passos das ações. Quando se refere à especificação do tempo necessário para a realização de uma ação e sua cronologia. Onde consiste nas circunstâncias de espaço. Com quem nomeia as pessoas a serem envolvidas como agentes. Para quem aponta o beneficiário da ação. (LÜCK, 2009, p. 36).

Com esses elementos, passo a observar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), que determina, entre outras questões, a elaboração, execução e avaliação pelos estabelecimentos de ensino de suas propostas pedagógicas (Art. 12º da Lei 9394/96).

A legislação define, também, normas de gestão democrática do ensino público na educação básica,

de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo Art. 14º nos incisos: g. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. Dessa forma, o PPP, sendo um instrumento balizador para os afazeres educacionais e, conseqüentemente, para a prática pedagógica das escolas, e direcionando a gestão e as atividades educacionais na tentativa de caminhar na direção da educação que se deseja promover, pode ser visto como “[...] um instrumento teórico-metodológico que organiza a ação educacional do cotidiano escolar, de forma refletida, sistematizada e orgânica.” (VASCONCELLOS, apud LÜCK, 2009, p.38). Considero relevante reiterar que o PPP é um documento que manifesta as intenções e o modo de operação, ou seja, a dinâmica com que a equipe escolar irá desenvolver as formas de organização para que seja viabilizada a efetivação deste projeto, pois não basta tê-lo, é preciso levá-lo a efeito.

Como forma de sintetizar essas ideias, trago o pensamento de Veiga (2001), através da obra de Lück (2009), que caracteriza um PPP:

g) Ser construído a partir da realidade, explicitando seus desafios e problemas; II) Ser elaborado de forma participativa; III) Corresponder a uma articulação e organização plena e ampla de todos os aspectos educacionais; IV) Explicitar o compromisso com a formação do cidadão e os meios e condições para promovê-la; V) Ser continuamente revisado mediante processo contínuo de planejamento; VI) Corresponder a uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade escolar. (VEIGA apud LÜCK, 2009, p.38).

2.2.3 O papel do gestor na gestão democrática A implementação de um PPP que atenda o explicitado deve ser garantida através da liderança, da orientação e do comprometimento do gestor escolar e da equipe diretiva, lembrando que o foco do processo educacional é sempre o aluno. Com isso, observo a relevância do trabalho do gestor para a concretização deste projeto. Neste sentido, para tentar consolidar a gestão educacional democrática,

o gestor tem como grande desafio fazer com que a comunidade escolar sintam-se motivada a participar das ações da escola, sendo, assim, agentes diretos de transformação. E, acreditando que os sujeitos se constituem individual e coletivamente na comunhão e na diversidade de ideias, e embora a influência dos mecanismos reguladores que muitas vezes se apresentam através das políticas públicas, é importante que todos os indivíduos se apercebam de que “o ser humano é, naturalmente, um ser de intervenção no mundo, a razão de que faz a História. Nela, por isso mesmo, o ser humano deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de puro objeto” (FREIRE, 2000, p.119). Sendo assim, o gestor poderá tentar despertar em cada sujeito a relevância de sua atuação reflexiva e crítica na vida da escola. Em que cada ser é parte integrante do processo democrático através da exposição de seus pensamentos e percepções, no compartilhar das angústias, no dividir das responsabilidades, visando a melhores soluções, cooperação e entrosamento entre estes sujeitos no ambiente escolar como em seu entorno.

O gestor está longe de ser alguém infalível ou fonte de solução para todos os problemas da escola, uma vez que é parte de uma equipe. Cito, portanto, algumas características que considero relevantes à práxis: ser dinâmico, motivado e responsável, estar em constante aprendizado, buscar o seu aperfeiçoamento, ser um incentivador de professores e funcionários no sentido da atualização, formação continuada e comprometimento com as mudanças, atuar como líder, delegar funções, bem como formar pessoas que o acompanhem em suas tarefas abertas ao diálogo e às transformações. Sendo assim, como Lück (2002), observo que:

as escolas atuais necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, capazes de trabalhar junto dos professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e a adquirir as habilidades necessárias.

(LÜCK et al., 2002, p.34).

Sendo a escola pública um bem público e ao considerar que está garantida pela constituição a acessibilidade de todos os brasileiros à educação,

pode-se entender a gestão escolar democrática como um novo processo de administrar a escola. Que vem em substituição às velhas práticas centralizadas em uma figura pontual, o diretor, que deliberava todas as decisões em que ficavam destacadas as relações de subordinação. A democracia, como princípio fundamental, e a participação, como condição para que a gestão democrática da escola aconteça, tornam necessárias a participação de todos os agentes envolvidos neste processo. Assim, cabe ao gestor garantir a implantação e a consolidação de mecanismos de participação, tais como o Conselho Escolar, o Círculo de Pais e Mestres, o Grêmio Estudantil, entre outros. Portanto, não é possível separar as dimensões políticas, administrativas e pedagógicas do trabalho do gestor, que atua como mentor, interagindo com as pessoas responsáveis pelas rotinas da escola, para, assim, intervir e influenciar na definição das metas, a fim de alcançar a harmonia entre as dimensões citadas, relacionando-as. A dimensão política do trabalho do gestor, segundo Oliveira et al (2012),

passa pelos processos democráticos, no caso das escolas estaduais, através das eleições para a investidura ao cargo. Após a posse no cargo, o gestor tem o grande compromisso de viabilizar outros processos políticos democráticos dentro da escola ao instaurar os mecanismos de participação anteriormente citados. Pois são eles os representantes dos diversos segmentos da escola, ou seja, da comunidade escolar. Uma vez instaurados, deverão dar a garantia da participação da maioria para que se torne possível a tomada de decisão em conjunto, relativa aos problemas que a escola possa estar enfrentando, decidindo assim pelas melhores soluções possíveis. A dimensão administrativo/financeira diz respeito ao compromisso do gestor em garantir o cumprimento e a aplicabilidade das leis em sentido amplo. “Recursos não valem por si mesmos, mas pelo uso que deles se faz, a partir do significado a eles atribuído pelas pessoas e a forma como são utilizados por elas na realização do processo educacional.” (LÜCK, 2002, p. 107).

Neste sentido, o gestor tem o dever de gerenciar os recursos provenientes dos governos municipal, estadual e federal, aplicando-os de forma organizada e prudente, contemplando sempre as prioridades anteriormente definidas através do Plano de Aplicação Financeira, tendo como orientação a filosofia e os princípios da escola definidos no PPP, bem como suprindo outras urgências que possam surgir no decorrer do ano letivo. Assim, é promovido o suporte necessário ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, além do zelo pelo patrimônio público, atuando de forma a conscientizar sua comunidade escolar de que todos são utilitários dos bens e beneficiários dos serviços oportunizados pela instituição escolar. A dimensão pedagógica é a orientadora de todo o processo que efetivamente acontece nas atividades escolares, bem como nas administrativas. E deve ser vista como o coração da escola, pois a ela convergem todas as outras dimensões. Tem a responsabilidade de olhar atento ao trabalho docente, interferindo na prática pedagógica sempre que se fizer necessária para a melhoria da mesma, com o propósito de orientar,

incentivar e viabilizar oportunidades pedagógicas especiais aos alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais no campo da educação.

Destaca-se que a motivação e orientação consciente e sistemática para a formação e aprendizagem dos alunos deve ser a tônica de todas as ações praticadas na escola. Esse trabalho somente será completo, a partir do cuidado para diminuir a intensidade e a frequência das que não têm esse papel, constituindo-se, em consequência, em uma das ações importantes da gestão pedagógica exercida pelo diretor escolar. (LÜCK, 2002, p.98).

Portanto, ainda segundo a autora, a dimensão pedagógica constitui o centro de todas as demais e para qual as outras convergem de vez que esta se refere ao foco principal do ensino com o intuito de promover a formação e a aprendizagem dos alunos para que, assim, eles possam desenvolver as competências sociais e pessoais que teoricamente são os objetivos da escola para o exercício da cidadania e para se realizarem como pessoas e, assim, terem qualidade de vida.

Relevante se faz a aproximação do gestor com os alunos, com vistas a melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Isso pode se dar interagindo através de visitas, oportunizando um diálogo aberto em que tenham a oportunidade de exporem suas dúvidas, necessidades e anseios quando estiverem em sala de aula, bem como nos momentos de socialização em espaços de recreação. O gestor é o grande comunicador neste processo de democratização, orientado por um caráter pedagógico. E é nesta vivência educativa da gestão democrática em que encontro a possibilidade de mudança. Logo, posso dizer que a gestão escolar democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares e depende do compromisso de todos, governo e escola, para que efetivamente aconteça. Portanto, posso concluir, a partir dessas reflexões, que a gestão democrática é um processo permeado de ações, orientadas pela prática do exercício da cidadania e da autonomia. E que, embora a diversidade de opiniões, assim como em qualquer grupo social, é necessário dialogar, posicionar-se,

saber ouvir e respeitar as ideias divergentes. Com isso, visa-se à conformidade de opiniões na escolha do que deve ser a melhor decisão para a maioria dos participantes do grupo.

Contudo, nesta questão percebo uma caminhada a passos lentos, com ideias que se perdem no tempo, com a descontinuidade dos projetos em cada vez que há uma transição de governo. O que demonstra a falta de continuidade de políticas efetivas, que realmente visem a uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Exige-se muito das escolas, nas pessoas dos gestores e professores, mas, reitero, esta responsabilidade deve ser de todos, sobretudo, dos governos. Regulamentando o trabalho do gestor escolar, nas pessoas que compõem a Equipe Diretiva, tem-se a Lei nº 10.576 de 14 de novembro de 1995, atualizada até a Lei nº 13.990 de 15 de maio de 2012. Esta dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Nela, estão presentes os seguintes princípios:

I – autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

II – livre organização dos segmentos da comunidade escolar; III – participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados; IV – transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos; V – garantia da descentralização do processo educacional; VI – valorização dos profissionais da educação; VII – eficiência no uso dos recursos. (Lei 13.990, 2012, p.1).

Algumas considerações são relevantes na análise destes princípios. Por exemplo, o conceito de autonomia expressa neste contexto a liberdade em gerir. Mas observa-se um contraponto na sua aplicabilidade nas rotinas administrativas, financeiras e pedagógicas, uma vez que administrativa e pedagogicamente, percebe-se uma autonomia sutil ao passo que a escola está fortemente atrelada aos desígnios das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), no caso das escolas estaduais. Esse atrelamento dá-se no que diz respeito a gerenciar os recursos humanos, bem como as práticas pedagógicas, nas quais existe uma flexibilidade mínima, quando existe.

Para elucidar a situação, cito um fato ocorrido no início do ano letivo de 2013. Em reunião para os gestores, o coordenador da 5ª CRE divulgou que as escolas deveriam realizar o Plano Estratégico de Transformação da Avaliação Excludente, imposto pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) às escolas de Ensino Médio Politécnico, no intuito de tentar reverter os índices de reprovação dos alunos dos primeiros anos desta modalidade de ensino, pois os professores poderiam ter se equivocado no processo de transição de notas para pareceres. Isso, para muitos professores, foi sentido como um ato de desrespeito com o seu trabalho junto aos alunos. Com relação à autonomia financeira, há um regimento pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ou seja, lei complementar nº 101/00, que se constitui no principal instrumento regulador das contas públicas do país, além da Lei nº 8.666/93 que versa sobre as Licitações e, em âmbito estadual, a já citada lei da Gestão Democrática nº 13.990/12.

Entende-se por autonomia financeira o gerenciamento da verba proveniente do governo estadual, cujo valor depende do número de alunos

de cada estabelecimento de ensino (aproximadamente R\$ 4,80 por aluno mensalmente), com fins ao subsídio da manutenção da escola. Isso se refere ao material de consumo destinado às rotinas de expediente da secretaria escolar e ao uso nas rotinas pedagógicas, nos afazeres dos professores e dos alunos, além de uma pequena cota para a compra dos considerados equipamentos ou materiais permanentes. As escolas estaduais dispõem, também, da conta do Caixa Escolar para o gerenciamento dos recursos destinados à merenda, a qual é adquirida através de orçamento, licitação ou tomada de preço, conforme os valores destinados a cada estabelecimento. No mínimo 30% do valor total deste repasse deve ser destinado à aquisição de gêneros da agricultura familiar, ou seja, do pequeno produtor com o propósito de incentivá-los. No entanto, na prática, observa-se falha neste intento devido às exigências legais, pois os pequenos agricultores não conseguem atendê-las por falta de recursos. O que limita os fornecedores e obriga a escola a adquirir estes gêneros de cooperativa-monopólio da região.

Além dos recursos oriundos do Estado, cabe à escola administrar as verbas advindas dos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em novembro de 1968, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Estes recursos provêm do Salário-Educação, que é cobrado das empresas cadastradas junto à Previdência Social. Portanto, devem ser aplicados a projetos educacionais e de assistência aos estudantes. O FNDE contempla programas como Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Mais Educação (PME), Programa Ensino Médio Inovador (Proemi) – estes quatro citados com gerenciamento de recursos por parte da escola –; além de Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional Saúde do Escolar (PNSE). Com relação ao transporte escolar, o governo dispõe de dois programas: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). A Lei da Gestão Democrática, nº 13990/12, tem

como sexto princípio a valorização do profissional da educação. Neste item, percebe-se que, embora haja iniciativas por parte dos governos de ampliar os programas de formação continuada, de criar propostas de políticas de reajuste salarial e tentativas de reformulação do plano de carreira que contemplem as demandas concernentes ao incentivo aos profissionais da educação, estas se apresentam muito aquém do quadro real das necessidades destes trabalhadores. Percebe-se que as políticas públicas para a educação acabam alterando a vida dos professores, suas rotinas de trabalho, assim como a sua formação, considerando que a atual conjuntura socioeconômica apresenta novas exigências e situações de vivências paradoxais.

De um lado, as tarefas são ampliadas com alto grau de exigência, por outro, nada além é ofertado aos profissionais da educação. Desse modo, a carreira continua apresentando dificuldades há muito tempo existentes. O que é corroborado pela literatura, nas palavras de Libâneo et al (2005, p. 277): “Passando por tempos difíceis, de desprestígio social, salários aviltantes, com péssimas condições de trabalho [...]”.

O que, por consequência, não irá atrair as novas gerações para ocupar a digníssima tarefa de educador. Fato já observado em função da atual carência destes profissionais em inúmeras áreas do conhecimento. Neste sentido, posso me apoiar nas palavras de Dewey (2001), grande pensador que desde o século 19 mantém-se atual, ao afirmar que se deve recusar a aceitar a responsabilidade de que o sistema escolar tenha o compromisso de transformar a ordem social existente, uma vez que a escola não é o único componente capaz de gerar tal transformação no complexo sistema de formação dos indivíduos. As escolas podem, na verdade, ser entendidas como parte integrante de um vasto contexto social e, conjuntamente com outras instituições, participar nessa transformação. Se o fizerem, entende Dewey (2001), estarão já cumprindo seu propósito social. Observo que diante da evolução mundial, do advento da tecnologia, das exigências do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), da Politécnica, em nível de Ensino Médio da rede estadual, dentre outras solicitações que a sociedade

atual exige, faz-se imperiosa a transformação nas organizações escolares e a implantação da gestão democrática. Logo, “sempre que a sociedade defronta-se com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições são exigidas à escola.” (PENIN e VIEIRA, 2002, p. 13). Partindo do pressuposto de que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 2º da Lei 9.394/1996), percebo, quando da concretização prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que tal finalidade, através da oferta da educação escolar, encontra obstáculos para ser plenamente alcançada em função de não haver uma política didático-pedagógica implementada pelos governos, pois observo que a educação está sempre à mercê das transições político-partidárias. Essas políticas com conotação de solucionar os problemas vivenciados pela educação, geralmente, trazem mais problemas do que soluções. Uma vez que, neste contexto dentro das escolas, os educadores entram em conflito na tentativa de suprir

as demandas que surgem em função de atender as exigências da atual sociedade, para as quais muitas vezes não se sentem preparados. Um exemplo disso foi a instituição do Ensino Médio Politécnico no estado do Rio Grande do Sul, que gerou inúmeras situações-problemas para os gestores buscarem as adaptações e soluções possíveis dentro da sua realidade.

Nesses termos, segundo Carvalho (2005):

As políticas públicas, acompanhando as mudanças ocorridas na gestão empresarial, passam a implementar as reformas administrativas do setor educacional com base nos novos paradigmas e conferem ao administrador escolar uma importância estratégica. A descentralização operacional aumentou as responsabilidades da escola, levando seu gestor a se defrontar com novos desafios e a assumir o novo papel de coordenar a ação dos diferentes componentes do sistema educacional na tomada de decisões conjuntas, a estimular o trabalho em equipe e as dinâmicas de trabalho identificadas por cada escola, especialmente materiais.

Ele torna-se o elemento central e fundamental para o encaminhamento do processo participativo no interior da escola e para sua integração com a comunidade. (p.163).

Contudo, neste contexto escolar tão diversificado, permeado de diferenças de ordens social e cultural, com sujeitos ativos (alunos, pais, professores e funcionários) de variadas procedências, seres únicos, com essências coerentes com suas vivências, há a importante presença do gestor ou diretor escolar. O qual, com um olhar sensível a estas pluralidades e de apropriação da realidade na qual a escola se insere, bem como da realidade do ambiente escolar para o qual deve trabalhar, tem a grande tarefa de executar a gestão dentro de uma dinâmica em conformidade com a legislação vigente, que seja didática, pedagógica, envolvente e que esteja em constante avaliação para que busque contemplar os princípios da gestão democrática. Sendo assim, percebendo os movimentos que ocorrem na sociedade e que repercutem na escola, e vice-versa, além da interação entre ambas, penso que não acontecerá de forma efetiva a gestão democrática nas escolas.

A menos que consciências sejam despertadas em todas as esferas de governo e nas escolas, sem que a análise e a avaliação das ações sejam contínuas, na busca do envolvimento de todos os sujeitos participantes. Para que, assim, estes sujeitos sejam capazes da auto-observação, da observação dos outros e, a partir disso, tenham condições de refletir sobre a forma como essas ações transformam a realidade que cercam eles e a sociedade, analisando-as criticamente. Assim talvez possam vislumbrar novos horizontes, elaborando ou reelaborando teorias para a fundamentação das práticas que levem a contemplar o grande objetivo das escolas que é formar cidadãos dignos, aptos para o trabalho, capazes de atuar com criticidade na sociedade, tornando-a melhor.